

## **ADAPTAÇÃO CURRICULAR E FLEXIBILIZAÇÃO NA AVALIAÇÃO: ALGUNS DILEMAS DA INCLUSÃO**

**COSTA, Vanderlei Balbino<sup>1</sup>; RODRIGUES, Vânia Ramos<sup>2</sup>**

**<sup>1</sup>Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí  
vanderleibalbino@gmail.com**

**<sup>2</sup>Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí  
vaniaramosr@gmail.com**

### **1. Introdução**

O mundo da pós-modernidade, globalizado, sem fronteiras, ligado por redes, está frente alguns dilemas sócio educacionais: abrigar nas escolas em todos os níveis diferentes sujeitos, com diversas expectativas, anseios e necessidades educativas especiais.

Pensar a educação no novo milênio, que ora se inicia, é pensar que a escola brasileira encontra-se na atualidade aberta aos diferentes públicos, que busca na educação sua emancipação política, sua inserção enquanto sujeitos sociais dotados de direitos e sua cidadania, construída a partir de sua inclusão escolar nos diversos espaços sociais.

Nos últimos anos, em especial na década de 1990, diversos movimentos borbulharam em relação à educação especial em uma perspectiva inclusiva. Só para exemplificar, tivemos em Jomtien – Tailândia a Declaração Mundial de Educação Para Todos (UNESCO, 1990); na Espanha – a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Declaração da Guatemala (UNESCO, 1999).

No que concerne a legislação brasileira, tivemos pela primeira vez em 500 anos de história da educação, um capítulo específico sobre educação especial que passou a dirimir os pressupostos suleadores nos processos de inclusão escolar das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

Os fragmentos deste ensaio teórico têm entre outras metas discutir temas polêmicos que estão intrínsecos à educação, como: currículo adaptado e flexibilização da avaliação às pessoas com deficiência.

Nossas reflexões neste ensaio teórico procuraram responder a seguinte questão de pesquisa: os professores da escola comum fazem adaptação no currículo e flexibilizam a avaliação aos estudantes com deficiência?

São inúmeros os objetivos que temos neste ensaio. Nesse sentido, pretendemos alcançar os seguintes: averiguar se os professores do ensino comum fazem adaptação no currículo escolar, quando em suas salas de aula, há presença de estudantes com deficiência; identificar se na escola comum, os professores flexibilizam as avaliações; analisar se é pela falta de formação inicial e continuada que os professores têm dificuldades para adaptar o currículo e flexibilizar as avaliações.

## **2. Metodologia**

Nossa opção neste ensaio teórico foi pela pesquisa qualitativa, aqui entendida por Lüdke e André (1986, p. 11) como "a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento".

Apoiamos em referenciais bibliográficos para construir este ensaio teórico. Deste modo, Severino (2007 p. 123), assinala que "nas investigações bibliográficas, o pesquisador parte das pesquisas já existentes para fundamentar seu trabalho".

Procuramos dar ênfase nos documentos legais que embasam o ensino inclusivo. Desse modo, lançamos mão de alguns documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996). Utilizamos também neste ensaio teórico a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Conferência Internacional de Salamanca (UNESCO, 1994). Estes documentos nos fizeram perceber que é necessário tornar em todos os níveis o ensino mais inclusivo, bem como o currículo acessível a todas as pessoas, não importando se essas são ou não deficientes.

Se considerarmos que nossa reflexão utilizou-se também documentos para fundamentar essa investigação, apoiamo-nos em Piana (2009, p. 122) ao assinalar que "a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser fonte rica e estável de dados, não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes".

### 3. Desenvolvimento e resultados

Não é nossa intenção conceituar currículo neste ensaio teórico. No entanto, pensamos que o currículo ministrado em sala de aula se configura em uma construção social dos conteúdos o qual possibilita que os estudantes obtenham conhecimentos de tudo que está sendo estudado e discutido em sala de aula (COSTA, 2016b).

Ao longo dos anos, a educação das pessoas com deficiência continua sendo um grande desafio nos processos inclusivos, seja nas escolas que não estão adaptadas às mudanças, seja para os professores que não tiveram, em seus cursos de formação inicial, disciplinas que possibilitassem discutir a inclusão escolar desses novos sujeitos sociais presentes nos diversos espaços escolares. E então fazemos a seguinte indagação: Mas, por que isso ainda está presente no interior das escolas em todos os níveis? Na nossa concepção, estes problemas que não são novos, ainda estão sendo vividos há anos nas escolas nos dias atuais.

Ao revisitar a literatura especializada que enfatiza essa problemática educacional, é notório assinalar que falta formação inicial e continuada para os professores que vão atuar na inclusão escolar dos estudantes com deficiência. Registra-se a ausência de trabalho cooperativo entre professores do ensino comum e do ensino especial. Notamos também que em relação aos processos inclusivos, falta envolvimento do gestor, coordenador pedagógico e parcerias entre escolas, professores e famílias, esta última, da maior importância para a escolarização dos estudantes com deficiência.

No contexto da educação especial, em uma perspectiva inclusiva, é notório acentuar que as adaptações curriculares nas escolas inclusivas, precisam priorizar o que os alunos devem apreender, como e quando apreender; como, quando e de que forma devemos avaliar os alunos, sem promover comparações entre os que são especiais e os "normais".

Outra preocupação que os docentes devem ter em relação a escolarização dos estudantes com deficiência, está no nível individual. Neste sentido, as parcerias entre professores do ensino comum e do ensino especial precisam ser adotadas, principalmente, no que concerne as avaliações que jamais deverão ser comparativas. Para tanto, é fundamental que ao se referir às dificuldades, devemos identificar os fatores negativos que interferem no processo ensino-aprendizagem desses novos sujeitos sociais presentes nas escolas.

Ao referirmos à escolarização dos estudantes com deficiência, cumpre-nos acentuar que as adaptações curriculares devem considerar as reais necessidades dessas adaptações, bem como, os níveis de desenvolvimento de todos os alunos, não importando se esses são ou não

deficientes. Os professores, necessariamente, devem observar que os estudantes com deficiência aprendem em diferentes ritmos, tempos e desenvolvimento intelectual.

Nas escolas inclusivas, é relevante assinalar que os estudantes com deficiência precisam das adaptações curriculares, uma vez que o processo ensino-aprendizagem nem sempre ocorre de forma igual aos demais alunos "normais". Frente ao exposto, a literatura especializada recomenda que podemos introduzir novos conteúdos não previstos aos demais alunos. Deste modo, podemos eliminar conteúdos que não comprometem a formação dos educandos em todos os níveis. Isso nos possibilita trabalhar os conteúdos de forma cooperativa/colaborativa, agrupando os alunos que sabem, que têm maior facilidade aos que não sabem, ou que estão com maior dificuldades.

Um dos dilemas que os professores ainda enfrentam no processo de escolarização dos estudantes com deficiência em todos os níveis, é a adequações nas avaliações. Á luz da literatura especializada que enfatiza essa problemática, Lopes (2010) acentua que as avaliações para os alunos de inclusão não devem adotar critérios comparativos. Esses devem ser avaliados de acordo com seu desempenho cognitivo. Nessa mesma direção, Costa (2016a) acentua que não devemos fazer plano de aula uniforme, padrão, homogêneo, uma vez que os alunos têm ritmos de aprendizagem diferenciados. Dessa forma recomenda que é necessário selecionar métodos e conteúdos mais acessíveis aos alunos, sejam eles, com e sem deficiência.

Ao considerar que as adaptações no currículo, a flexibilização nas avaliações requerem de nós professores critérios que não objetivam adotar planejamentos homogêneos, pensamos que a introdução de atividades previamente planejadas, alternativas e complementares, estaremos oportunizando que todos os alunos possam aprender.

Ao longo dessas reflexões teóricas, conseguimos aferir que não é fácil a tarefa de incluir. Para tanto, questionamos: o que fazer para promover a inclusão? Na nossa concepção, há algumas formas para que possamos implementar essas ações, como: conhecer os alunos para descobrir quais são suas necessidades educativas especiais. Assim, podemos verificar como os alunos devem participar de todas as atividades curriculares propostas pelos professores na sala de aula.

Talvez, uma das maiores dificuldades que os professores enfrentam em relação aos alunos de inclusão é a de identificar o que esses já vem sabendo da sua realidade, considerando que um dos papéis da escola, é o de sistematizar o saber. Esse pressuposto

requer dos professores conhecer a família dos alunos com deficiência, uma vez que esta se constitui em uma das parcerias mais relevantes na escola inclusiva.

Também, talvez, um dos problemas que enfrentamos nas escolas, ao se referir a inclusão escolar das pessoas com deficiência em todos os níveis, está no planejamento das aulas, que em via de regras, são homogêneas; ou mesmo, nos objetivos propostos, que não são acessíveis aos alunos, que têm ritmos e tempos diferentes para aprender; bem como nas atividades propostas em sala de aula, que não são adaptadas às diferentes necessidades educativas especiais; nas avaliações, comparativas que ao invés de observar o desenvolvimento e desempenho dos alunos, são aplicadas para punir os que não deram respostas satisfatórias aos professores; finalmente, nos conteúdos ministrados, elaborados e planejados de forma uniforme (Franco, 2007).

Ao se referir os processos inclusivos dos estudantes com deficiência, uma das dificuldades que enfrentamos está nas adaptações curriculares que não possibilitam que os recursos didáticos pedagógicos, os procedimentos de ensino e as estratégias, sejam adequadas a esses sujeitos com alguma limitação física, intelectual, auditiva e visual, uma vez que os estudantes diferentes/deficientes estão em desvantagens aos demais alunos que intitulamos de "normais".

Quando pensamos nas adaptações curriculares devemos ficar atentos que estas se constituem de diferentes níveis. Em relação ao Projeto Político Pedagógico, este deve focalizar a organização escolar e os serviços de apoio oferecidos aos estudantes com necessidades educativas especiais. Em se tratando do papel do professor que atua com alunos especiais, na sala de aula comum, o currículo deve observar os procedimentos didáticos pedagógicos que podem ser implementados aos alunos com deficiência.

#### **4. Considerações Finais**

A nossa velha e nova escola continua promovendo a seleção entre bons, perfeitos, normais, bem constituídos. E os estudantes com deficiência continuam incluídos de forma excludente. O problema que vivenciamos é o de que a inclusão se dá pela docilidade dos "normais" que nos aceitam, ou seria pela legislação que os obrigam? Neste sentido, indagamos: por que o "normal" não se coloca em discussão? Ele é inquestionável? Então, entendemos que o pior, é que esses ditos normais é que definem e defendem qual é a melhor inclusão para nós.

Ao longo dessa reflexão, identificamos que há diversas sugestões que possibilitam o

acesso ao currículo. Partindo dessa premissa, Costa (2016b) ressalta que devemos nos preocupar em adaptar materiais escritos de uso comum para todos os estudantes com e sem deficiência. Neste sentido, pensamos ser necessário incluir nas nossas aulas desenhos, gráficos, vídeos e materiais concretos que contribuem na compreensão dos conteúdos que estão sendo ministrados.

Outra decisão pedagógica que precisamos tomar, quando se refere a inclusão dos estudantes com deficiência, é providenciar programas, recursos tecnológicos e softwares que facilitem a compreensão dos conteúdos que planejamos no decorrer do ano letivo. Essa decisão, requer de nós professores (re)conhecimento e sensibilidade, de que cada aluno é único em sua especificidade, uma vez que aprende de forma, tempo e ritmo diferente aos demais.

Nessas reflexões, identificamos que em plena era da educação especial inclusiva, há um grupo que defende para os estudantes com deficiência apenas a escola especial, uma vez que não acreditam na possibilidade da inclusão. Neste emaranhado universo de posições teóricas, por sua vez, há outro grupo que defende a inclusão de todos, independentes se são ou não deficientes.

## 5. Referências

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

COSTA, Vanderlei Balbino. Adaptação curricular: das dificuldades às possibilidades. ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE – REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED: Projeto Nacional de Educação: desafios éticos, políticos e culturais, 13, 2016. Brasília. **Anais...** Brasília: Universidade de Brasília (UnB), ANPED, 2016b.

COSTA, Vanderlei Balbino. Reflexão docente sobre avaliação dos estudantes com deficiência no ensino superior. CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 7, 2016. São Carlos. **Anais...** São Carlos: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2016a.

FRANCO, Valéria Korik. **Adaptação Curricular.** 2007. Disponível em: <caminhosdainclusão.blogspot.com> Acesso em: 22 jan. 2012.

LOPES, Noêmia. **24 respostas sobre as principais dúvidas da inclusão.** 2010. Disponível em: < <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/205/24-respostas-para-as-principais-duvidas-sobre-inclusao>> Acesso em: 28 fev. 2018.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

PIANA, Maria Cristina. A construção da pesquisa documental: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional. In: PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p.119-166. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-05.pdf>> Acesso em: 05 set. 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10230.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm)> Acesso em: 01 mai. 2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais**. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Brasília: 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2015.

UNESCO. **Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência**. 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2018.